

Política Económica e Atividade Empresarial

2018/2019 2º Semestre

Objeto e Objetivos

Os conteúdos da disciplina seguem de perto a obra de Agnès Bénassy, Benoit Couré, Pierre Jacquet e Jean Pisisani-Ferry, escrita no ano de 2010 com o título *Economic Policy*. Os autores da obra são académicos de reconhecida competência na área da política económica.

A Política Económica é uma área da ciência económica que oferece os fundamentos teóricos para as iniciativas e ações do governo na economia com vista à obtenção de objetivos previamente definidos.

Para se ter alguma noção da Política Económica, tome-se nota dos pontos seguintes:

1. É necessário que se compreenda, em termos teóricos e práticos, a importância e o significado da sustentabilidade de uma economia;
2. É necessário que se tenha um entendimento dos efeitos de longo prazo dos défices e de dívidas governamentais;
3. É necessário que se compreendam os efeitos de curto prazo resultantes dos défices e, em simultâneo, que se tenha um entendimento sobre o modo como as políticas orçamentais anti cíclicas podem no curto prazo debelar os problemas de uma economia;
4. É necessário que haja a compreensão sobre os custos macroeconómicos da perda relativa da flexibilidade de políticas económicas;
5. É necessário que se pense sobre o modo como se definem na prática as regras da política económica. Se, por exemplo, as regras são definidas em termos de défices e dívida, quais são então as definições rigorosas para estes dois conceitos, tendo em linha de conta a efetiva resolução dos problemas macroeconómicos;
6. É necessário que se pense nas questões da economia política. Por que razão regras são precisas em primeiro lugar: para proteger as pessoas dos seus governos, ou para proteger governos dos governantes? De que modo um conjunto de regras pode ser manipulado ou distorcido por um governo?

Para respondermos a estas questões, precisamos de muitos instrumentos concetuais. Nesta disciplina, procuramos identificar os conceitos e os instrumentos que são imprescindíveis para tomadas de decisões políticas.

O manual, que usamos nesta disciplina, treina-nos para sermos bons economistas. O manual incentiva-nos que tenhamos uma atitude correta e oferece-nos uma metodologia apropriada para as escolhas de políticas económicas.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

1. Conceitos
 - 1.1 Primeiras noções de política económica
 - 1.2 Razões e métodos da intervenção pública
 - 1.3 Formas de avaliação da política económica
 - 1.4 Conclusões
2. Política económica no mundo complexo com limites
 - 2.1 Limites de conhecimento
 - 2.2 Limites de representação
 - 2.3 Limites de informação
 - 2.4 Limites de benevolência
 - 2.5 Respostas políticas
 - 2.6 Conclusões
3. Política orçamental
 - 3.1 Questões e conceitos
 - 3.2 Teorias
 - 3.3 Políticas (*)
 - 3.4 Conclusões
4. Política monetária
 - 4.1 Questões e conceitos
 - 4.2 Teorias
 - 4.3 Políticas (*)
 - 4.4 Conclusões
5. Políticas de crescimento
 - 5.1 Questões e conceitos
 - 5.2 Teorias
 - 5.3 Políticas (*)
 - 5.4 Conclusões

(*) Pontos a abordar nas aulas práticas.

As aulas práticas serão dedicadas à análise de experiências de política orçamental, monetária e de crescimento tendo como base os textos apresentados no quadro seguinte.

Aulas Práticas	
Apresentações	Titulo
A1	OECD (2011), OECD at 50: Evolving Paradigms in Economic Policy Making, OECD Economic Outlook, volume 50, OECD, pp. 1-12.
A2	OECD (2011), OECD at 50: Evolving Paradigms in Economic Policy Making, OECD Economic Outlook, volume 50, OECD, pp. 12-23.
A3	Narcissa Balta (2013) Catching-up processes in the euro area, Quarterly Report on the Euro Area, 12(1), European Commission.
A4	BIS (2014), Debt and the financial cycle: domestic and global, Bank for International Settlements, 84th Annual Report.
A5	Bertola, G. et alii (2014), Austerity: Hurting or Helping, The EEAG Report on the European Economy.
A6	Janos Varga and Jan in 't Veld (2013), The growth impact of structural reforms, Quarterly Report on the Euro Area, 12(4), European Commission.
A7	SAERG (2017), Regulation and competition: a literature review, SAERG.
A8	OECD (2017), OECD Economic Surveys: Portugal, OECD.
A9	IMF (2018), Portugal: Staff Report for the 2018 Article IV Consultation, IMF.

AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A avaliação de conhecimentos seguirá a regra geral em vigor no ISEG com as seguintes particularidades:

1. Além dos exames das épocas tradicionais, nas aulas práticas será desenvolvido um processo de avaliação contínua que inclui as seguintes componentes:
 - Realização de um teste durante a semana de avaliações intercalares cuja matéria será definida previamente (50% da nota final da avaliação contínua).
 - Serão constituídos grupos de trabalho que deverão:
 - a. Apresentar um dos textos da lista de referência para as aulas práticas (25% da nota da avaliação contínua)
 - b. Comentar e dinamizar a discussão após a apresentação dos colegas de outro grupo de trabalho (25% da nota final da avaliação contínua).
 - c. As notas finais da avaliação contínua poderão ser majoradas com base na qualidade da participação dos alunos ao longo das aulas teóricas e práticas.
2. Os alunos não terão acesso ao exame da época normal se obtiverem uma nota média na avaliação contínua abaixo de 10 valores. Estes alunos terão no entanto acesso a outras épocas de exames.
3. A classificação final do exame da época normal será calculada com base no critério seguinte: Soma de 50% da nota média resultante do processo de avaliação contínua definido no ponto 1) e 50% da nota do exame escrito.
4. A classificação final do exame da época de recurso seguirá o critério da nota final do exame da época normal, salvaguardando-se, no entanto, o princípio da prevalência do exame escrito da época de recurso. Ou seja, caso a nota desta prova seja superior à nota média da avaliação contínua, a nota final será a do exame escrito da época de recurso.
5. Para a época especial, considerar-se-á apenas a classificação final obtida na prova escrita individual.